



CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS AVISO Nº POISE-18-2015-03

Estágios para Adultos

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

Objetivo Temático 8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

Eixo Prioritário 1 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego

Prioridade de Investimento 8.i - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores

Tipologia de Intervenção 18 - Integração dos adultos no mercado laboral

Tipologia de Operação 1.01 - Estágios para Adultos

Maio 2015

Conteúdo

1. Preâmbulo	3
2. Calendário	3
3. Procedimento para apresentação das candidaturas	3
4. Dotação indicativa a conceder.....	3
5. Duração das candidaturas	3
6. Entidade beneficiária.....	4
7. Número de candidaturas a apresentar por beneficiário	4
8. Área geográfica.....	4
9. Âmbito/Objetivos	4
10. Ações elegíveis	4
11. Indicadores a contratualizar	5
12. Forma, montantes e limites dos apoios.....	6
13. Regras de elegibilidade das despesas.....	6
14. Despesas elegíveis	6
15. Processo de análise e decisão das candidaturas	7
16. Condições de alteração	7
17. Regime de financiamento e prazos de decisão	8
18. Eficiência e resultados	9
19. Direitos e obrigações dos beneficiários.....	9
20. Regras de informação e comunicaçõesobre o financiamento das operações.....	10
21. Divulgação dos resultados.....	11
22. Outras disposições.....	11
23. Contactos a nível nacional.....	11
24. Anexos	13
1. Prazos para análise e decisão de candidaturas.....	13

1. Preâmbulo

Nos termos previstos no artigo 9.º do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, doravante designado por Regulamento Específico, publicado através da Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, as candidaturas podem ser apresentadas no âmbito de um procedimento concursal, sendo os respetivos avisos publicitados no Portal do Portugal 2020 (www.portugal2020.pt).

O presente aviso de concurso para apresentação de candidaturas foi elaborado nos termos previstos no n.º 6 do artigo 16º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e do artigo 9.º do Regulamento Específico.

2. Calendário

O período para a apresentação das candidaturas decorre das 00:00h do dia 29 de maio de 2015 até às 18:00h do dia 30 de dezembro de 2015.

3. Procedimento para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), doravante designado por Balcão 2020.

Previamente à apresentação das candidaturas, as entidades beneficiárias devem efetuar o seu registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada para o beneficiário, da qual consta um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada reside uma série de dados relativos à caracterização da entidade beneficiária, os quais devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas apresentadas ao Portugal 2020.

4. Dotação indicativa a conceder

O financiamento público a conceder ao presente concurso é de € 7.400.000 (sete milhões e quatrocentos mil euros), com uma comparticipação pública da despesa total elegível repartida pelo Fundo Social Europeu (85%) e pela Contribuição Pública Nacional (15%), para uma meta de realização de 1.650 participantes desempregados que beneficiam dos estágios profissionais.

5. Duração das Candidaturas

As candidaturas apresentadas no âmbito deste concurso são plurianuais e têm a duração máxima de 36 meses.

Regulamento
Específico

Aviso no Portal
Portugal 2020

Regulamento Específico
Regulamento Geral
dos FEEI

De 29/05/2015 a
30/12/2015

Balcão 2020

7,4 M€

1.650 Participantes
Desempregados

36 Meses

6. Entidade beneficiária

Nos termos previstos no artigo 25.º do Regulamento Específico, pode candidatar-se aos apoios concedidos, no âmbito da presente tipologia de operações, enquanto organismo responsável pela concretização dos respetivos instrumentos de política pública, o:

- Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, IP)

7. Número de candidaturas a apresentar por beneficiário

O IEFP, IP deverá apresentar, para cada uma das regiões, e sempre que necessário, uma candidatura por modalidade de atribuição de apoios (reembolso de custos efetivamente incorridos e pagos ou tabelas normalizadas de custos unitários).

8. Área geográfica

São elegíveis, no âmbito do presente aviso, as operações localizadas nas regiões NUTS II do Continente (Norte, Centro e Alentejo).

9. Âmbito/Objetivos

Constituem objetivos da presente tipologia de operações:

- a) Promover a transição para a vida ativa e a integração de jovens no mercado de trabalho, complementando uma qualificação preexistente através de uma experiência prática em contexto laboral;
- b) Complementar e desenvolver as competências dos jovens que procuram um primeiro ou um novo emprego, de forma a melhorar o seu perfil de empregabilidade;
- c) Promover a integração profissional de desempregados em situação mais desprotegida, bem como os desempregados de longa duração e muito longa duração;
- d) Apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho;
- e) Promover o conhecimento sobre novas formações e competências junto das empresas e promover a criação de emprego em novas áreas;
- f) Apoiar a melhoria das qualificações e a reconversão da estrutura produtiva.

10. Ações elegíveis

São elegíveis, para efeitos de financiamento, os estágios para desempregados que visem o desenvolvimento de uma experiência prática em contexto de trabalho, nos termos dos diplomas normativos enquadradores da política pública abaixo indicados:

- 1) A medida “Estágio-Património”, instituída pela Portaria n.º 33/2013, de 29 de janeiro;
- 2) A medida “Estágios Profissionais”, instituída pela Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro e alterada pela Portaria n.º 120/2013, de 26 de março (e republicada);

IEFP, I.P.

NUTS II do Continente:
Norte, Centro e
Alentejo

Estágio-Património

Estágios Profissionais

3) As medidas “Passaporte Emprego”, “Passaporte Emprego Economia Social”, “Passaporte Emprego Agricultura” e “Passaporte Emprego Associações e Federações Juvenis e Desportivas”, instituídas pela Portaria n.º 225-A/2012 de 31 de julho e alteradas pela Portaria n.º 65-B/2013, de 13 de fevereiro, com Declaração de Retificação n.º 18/2013, de 26 de março;

4) A medida “Estágios Emprego”, instituída pela Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, alterada pela Portaria n.º 375/2013, de 27 de dezembro, e regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 1573-B/2014, de 30 de janeiro, Portaria n.º 20-A/2014, de 30 de janeiro, Portaria n.º 149-B/2014, de 24 de julho (e republicada) e regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 9841-A/2014, de 30 de julho;

5) A medida “REATIVAR”, instituída pela Portaria n.º 86/2015, de 20 de março e regulada em termos de comparticipação financeira pelo Despacho n.º 3651/2015, de 13 de abril.

Passaporte Emprego

Estágios Emprego

REATIVAR

11. Indicadores a contratualizar

Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder na candidatura em causa e no momento do pagamento do saldo final, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos do artigo 7º do Regulamento Específico são contratualizados com as entidades beneficiárias, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Na candidatura, o IEFP, IP apresenta as metas a contratualizar com a Autoridade de Gestão para os indicadores de realização e de resultado, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

O indicador de realização do presente concurso consiste em “Participantes desempregados que beneficiam dos estágios profissionais”. O indicador de resultado contratado decorre diretamente do próprio indicador de resultado do PO ISE, no âmbito do objetivo específico em que se enquadra esta tipologia de operação.

Contratualização de resultados

Indicador de Realização:
Participantes desempregados que beneficiam dos estágios profissionais

Indicadores de Realização e Resultado do Concurso	
Indicador de Realização	Participantes desempregados que beneficiam dos estágios profissionais
Indicador de Resultado	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional
Fórmula de cálculo do Indicador de Resultado	$\frac{\text{N.º de Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional}}{\text{N.º Participantes desempregados que beneficiam dos estágios profissionais}} \times 100$

12. Forma, montantes e limites dos apoios

Os apoios a conceder no âmbito deste aviso revestem a natureza de subvenção não reembolsável, assumindo:

- Para a Medida “Estágios Emprego”, a modalidade de custos simplificados, prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na medida em que a comparticipação financeira do IEFP, IP às entidades promotoras é realizada através da modalidade de tabelas normalizadas de custos unitários, nos termos definidos nos Despachos n.ºs 1573-B/2014, de 30 de janeiro, e 9841-A/2014, de 30 de julho;
- Para os estágios aprovados até 30 de janeiro de 2014, no âmbito da Medida “Estágios Emprego” e para as restantes medidas previstas no ponto 10, a modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

13. Regras de elegibilidade das despesas

As despesas são consideradas elegíveis se forem realizadas e pagas dentro do período de elegibilidade previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 10.º e artigo 23.º da Portaria nº 60-A/2015, de 2 de março.

14. Despesas elegíveis

Sem prejuízo do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, são elegíveis os apoios financeiros nos termos definidos nos diplomas enquadradores da política pública mencionada no ponto 10.

Subvenção não
reembolsável

Custos Simplificados

Período de
elegibilidade

Despesas elegíveis

15. Processo de análise e decisão das candidaturas

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do concurso.

O mencionado prazo suspende-se quando sejam solicitados quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que deve ocorrer uma só vez. A não apresentação, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, significa a desistência da candidatura.

O IEFP, IP é auscultado no procedimento, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de redução financeira ou indeferimento total ou parcial e aos respetivos fundamentos.

A decisão é notificada ao IEFP, IP, no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão (ver diagrama com as respetivas etapas e prazos, constante do anexo 1 ao presente aviso).

Em caso de aprovação da candidatura, o termo de aceitação deve ser submetido eletronicamente, no prazo máximo de 10 dias úteis contados desde a data da receção da notificação da decisão de aprovação, devidamente autenticado nos termos previstos no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela Autoridade de Gestão.

16. Condições de alteração

Os pedidos de alteração à decisão de aprovação são formalizados no Balcão 2020.

Se o IEFP, IP não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado na programação financeira, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs. 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Quando, nas candidaturas plurianuais, o financiamento aprovado para o ano civil não seja integralmente executado, as verbas em causa transitam automaticamente para o ano civil seguinte.

Decisão proferida pela AG no prazo de 60 dias úteis

Suspensão do prazo

Audiência Prévia

Notificação da decisão no prazo de 5 dias úteis

Termo de Aceitação submetido eletronicamente no prazo de 10 dias úteis

Caducidade da decisão

Pedidos de Alteração

Deferimento tácito em 30 dias, com exceção de alterações ao plano financeiro

17. Regime de financiamento e prazos de decisão

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pelo IEFP, IP confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

O IEFP, IP tem direito, para cada candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil, o qual é processado quando se cumparam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Submissão do termo de aceitação da decisão de aprovação;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Comunicação do início ou reinício da operação.

Os pedidos de reembolso são efetuados com uma periodicidade mínima bimestral, devendo o IEFP, IP submeter eletronicamente, no Balcão 2020, os dados físicos e financeiros requeridos pelo sistema de informação.

Tratando-se de candidaturas plurianuais, o IEFP, IP fica obrigado a submeter eletronicamente, no Balcão 2020 até 31 de março de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a Autoridade de Gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

Nos casos em que seja adotada a modalidade de custos simplificados, o financiamento concedido pelo PO ISE tem por base o modelo de financiamento praticado pelo IEFP, IP, que assenta na demonstração, por parte da entidade promotora, de elementos de execução física do estágio, durante e no fim do mesmo. Por conseguinte, os pagamentos da Autoridade de Gestão ao IEFP, IP são efetuados em função da atividade comprovada e registada à data de referência do pedido reembolso em causa.

O IEFP, IP tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso, não exceda os 85% do montante total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, no Balcão 2020, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Adiantamento:
15% do montante
aprovado por ano civil

Pedidos de reembolso
com periodicidade
mínima bimestral

Informação anual da
execução física e
financeira até 31 de
março

Decisão do pedido de
reembolso em 30 dias
úteis

Custos simplificados

Pagamentos de
pedidos de reembolso
até 85% do montante
aprovado

Pedido de pagamento
de saldo

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade das despesas apresentadas pelo IEFP, IP, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a AG solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

18. Eficiência e resultados

Consideram-se cumpridas as metas contratualizadas em sede de aprovação da candidatura e constantes do termo de aceitação, quando a percentagem de cumprimento for de pelo menos 90% do contratualizado.

Abaixo desse limiar será aplicada uma correção financeira proporcional à percentagem do incumprimento da meta, a incidir, para cada um dos indicadores, sobre 10% do montante a aprovar em saldo, conforme simulador disponível em anexo ao presente aviso.

19. Direitos e obrigações dos beneficiários

A submissão da candidatura confere aos beneficiários o direito:

- a) à notificação da decisão que recaiu sobre a candidatura, em estrita observância dos prazos, forma e procedimentos estabelecidos no ponto 15 do presente aviso;
- b) ao recebimento do financiamento para realização da operação aprovada, apurado de acordo com a forma, montantes e limites estabelecidos nos pontos 12, 13 e 18 e processado dentro dos prazos e em conformidade com os procedimentos constantes do ponto 17;
- c) ao acesso à informação e resultados respeitantes ao presente concurso, nos termos do ponto 21.

Com a aceitação da decisão de aprovação da candidatura os beneficiários ficam obrigados, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a:

- a) executar as operações nos termos e condições aprovados;
- b) facultar o acesso aos locais de realização das operações e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo da operação;
- c) conservar os documentos relativos à realização da operação, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, em suporte digital, quando legalmente admissível, ou em papel, durante o prazo de três anos, a contar da data do encerramento ou da aceitação da Comissão Europeia sobre a declaração de encerramento do Programa, ou pelo prazo fixado na legislação nacional aplicável;

Reduções do apoio

Decisão do pedido de saldo em 45 dias úteis

Cumprimento das metas: 90% do contratualizado

Correção financeira por incumprimento

Direitos dos beneficiários

Obrigações dos beneficiários

- d) proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia e nacional aplicável e as disposições previstas no ponto 20 do presente aviso;
- e) repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas;
- f) manter a sua situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a qual é aferida até ao momento de assinatura do termo de aceitação ou de outorga do contrato, bem como na altura do pagamento dos apoios;
- g) ter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, de acordo com o legalmente exigido;
- h) dispor de um processo relativo à operação, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes à operação;
- i) assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- j) adotar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas entre os beneficiários e os seus fornecedores ou prestadores de serviços.

As entidades beneficiárias ficam ainda obrigadas a:

- a) registar regularmente, no Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE), a execução física associada às operações aprovadas pelo PO ISE, recomendando-se que a atualização seja realizada com uma periodicidade trimestral;
- b) colaborar com a AG no apuramento dos Indicadores Comuns para os apoios do FSE definidos nos anexos I e II do Regulamento (UE) n.º 1304/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro.

Às entidades beneficiárias assistem ainda os demais direitos e obrigações estabelecidos nas disposições legais e regulamentares, comunitárias e nacionais aplicáveis.

20. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente os logótipos do PO ISE, do Portugal 2020, e da União Europeia com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas.

Obrigações dos beneficiários, em matéria de indicadores

Informação e comunicação sobre o financiamento

21. Divulgação dos resultados

No portal <https://www.portugal2020.pt> encontram-se disponíveis:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora e formulário de candidatura;
- b) Acesso ao suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) Pontos de contacto para obter informações adicionais;
- d) Os resultados do presente concurso.

22. Outras disposições

Às disposições contidas no presente aviso, aplica-se de forma subsidiária o disposto no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na Portaria n.º 60-A/2015, de 02 de março e na Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, bem como nos regulamentos europeus, designadamente Regulamentos (UE) n.º 1303/2013 e 1304/2013, de 17 de dezembro.

23. Contactos a nível nacional

Autoridade de Gestão do PO ISE

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 86, 5º andar

1070-065 Lisboa

Lisboa, 29 de maio de 2015

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional

Inclusão Social e Emprego

PO ISE



Domingos Lopes

Portal 2020

Outras disposições

Contactos

Aviso retificado no ponto 2. Calendário, no ponto 23. Contactos a nível nacional, no ponto 24. Anexos e inserção do ponto 19. Direitos e obrigações dos beneficiários.

Lisboa, 29 de setembro de 2015

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional
Inclusão Social e Emprego
PO ISE



Domingos Lopes

Aviso retificado no ponto 2. Calendário e no ponto 24. Anexos.

Lisboa, 29 de outubro de 2015

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional
Inclusão Social e Emprego
PO ISE



Domingos Lopes

Aviso retificado no ponto 2. Calendário e no ponto 24. Anexos.

Lisboa, 27 de novembro de 2015

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional
Inclusão Social e Emprego
PO ISE



Domingos Lopes

24. Anexos

1. Prazos para análise e decisão de candidaturas

Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

